

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	--	---

Relatório 42¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

17 de agosto de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 41)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – o relatório traz 4 informações, com destaque para: - Informação 01 – Reforma administrativa: veja o que o relator vai manter ou alterar na PEC sobre servidores públicos.
- No “item 4 – tramitação detalhada” – são apresentadas as tramitações relativas ao dia 16/08, com destaque para o fato de que já foram apresentados **122 Requerimentos** para realização de Audiências Públicas e **vários Requerimentos já foram aprovados.**
- No “item 6 – Enquete da PEC 32”, pois são apresentados os dados até 16 de agosto da enquete relativa à PEC.
- No “item 7 - Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL, foi inserido o LINK que dá acesso às **transmissões das reuniões e Audiências Públicas** ocorridas na Comissão Especial.
- Foi acrescido a esse Relatório da PEC 32, o **item 8** – Acesso aos **documentos e apresentações** ocorridas nas reuniões da Comissão Especial, inclusive com as apresentações do dia 04 de agosto.
- No item 9 – Agenda do dia, previsão de seminários estaduais no dia 16/08 e audiências públicas nos dias 17 e 18/8.

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – **Reforma administrativa: veja o que o relator vai manter ou alterar na PEC sobre servidores públicos**

O deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), relator da reforma administrativa na comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC 32/2020, se prepara para entregar seu parecer sobre o texto até o fim do mês, como acordado com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP/AL). Em conversa com a coluna Servidor, o parlamentar adiantou que vai manter, na proposta do governo, a **estabilidade** só para **carreiras típicas de Estado**.

— Só há razão para manter estabilidade para quem é impossível de ser contratado na **iniciativa privada**. Esses precisam de estabilidade para manter uma continuidade na estrutura. Para os outros cargos, não — disse.

Viu isso?

Comissão da Câmara autoriza o fim da estabilidade de servidor. Entenda o que pode mudar com a reforma

No relatório, Maia vai definir quais são essas carreiras típicas. Ele deu uma pista do que não deve entrar na lista:

— O trabalho de um **professor** no setor público não difere da atividade de um professor em uma escola privada. Um **médico** que atua no posto de saúde pela manhã e, à tarde, numa clínica particular, presta o mesmo serviço.

Avaliação de desempenho digital e com a população

No parecer, Maia vai estabelecer parâmetros para a **avaliação de desempenho**. Serão pontos que ele julga indispensáveis na lei complementar que terá que ser feita depois para regulamentar o tema.

— Acho que será preciso dar participação aos **usuários do serviço público** na avaliação. Há condição de fazer isso por meio de plataformas digitais. Temos a **gov.br**, que abarca 110 milhões de brasileiros. Não há por que não fazer esse negócio — afirmou: — Penso que a avaliação deva ser em longo prazo, no mínimo cinco anos, para se ter uma opinião consistente sobre o desempenho dos servidores.

Trechos sobre vínculos e cargos de chefia vão sair

O relator disse ainda que incluirá **membros do Judiciário e do Legislativo** na PEC. Já a parte que cria cinco **vínculos**, incluindo o de **experiência**, será suprimida.

— Hoje, temos dois vínculos: o permanente, por **concurso público**, e o temporário. Não vejo sentido em alterar isso — apontou Maia.

Também será retirado o trecho que permite que **cargos de chefia**, hoje exclusivos de **funcionários de carreira**, sejam de livre provimento.

Fonte: <https://extra.globo.com/economia/emprego/servidor-publico/reforma-administrativa-veja-que-relator-vai-manter-ou-alterar-na-pec-sobre-servidores-publicos-25153331.html>

Informação 02 – Comissão debate efeitos da reforma administrativa na educação e na saúde

16/08/2021 - 15:59

A comissão especial da reforma administrativa ([PEC 32/20](#)) promove audiência pública na quarta-feira (18) sobre os efeitos da proposta nas políticas públicas de educação e saúde. O debate ocorre no plenário 2, às 9h30.

A realização da audiência foi proposta pelas deputadas [Alice Portugal \(PCdoB-BA\)](#), [Perpétua Almeida \(PCdoB-AC\)](#) e pelo deputado [Rogério Correia \(PT-MG\)](#). Eles querem analisar o impacto da reforma na prestação dos serviços públicos à sociedade, e as condições de trabalho dos servidores públicos.

"Se aprovada, a proposta provocará impactos substanciais não somente em relação aos servidores públicos, mas também sobre a organização e prestação de serviços públicos e na elaboração e execução de políticas públicas de educação nos três níveis federativos, considerando-se que se trata de competência concorrente, motivo pela qual esta comissão deve aprofundar o tema", justificou Rogério Correia.

Foram convidados para a audiência:

- a prefeita de Juiz de Fora e ex-deputada federal, Margarida Salomão;
- presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Heleno Manoel Gomes Araújo Filho; entre outros.

[Confira a lista completa de convidados.](#)

Da Redação - GM

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/794803-comissao-debate-efeitos-da-reforma-administrativa>)

Informação 03 – Comissão discute efeitos da reforma administrativa sobre atuais servidores

16/08/2021 - 13:51

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a proposta de reforma administrativa ([PEC 32/20](#)) realiza audiência pública nesta terça-feira (17) para discutir os efeitos da reforma sobre os atuais servidores federais, estaduais e municipais. O debate atende a requerimentos apresentados por vários parlamentares.

Entre os deputados que propuseram a realização do debate está o deputado [Tadeu Alencar \(PSB-PE\)](#), que espera abrir espaço para que as associações representantes dos servidores públicos nacionais possam participar da discussão e trazer as informações para embasar a decisão do colegiado sobre a reforma.

[Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

O deputado [Tiago Mitraud \(Novo-MG\)](#) destacou a importância de debate específico sobre o modelo de vínculo temporário vigente e proposto na PEC. “É preciso olhar para o diagnóstico atual com clareza e isenção, a fim de identificar pontos positivos e de melhoria, analisando inclusive boas práticas já implementadas por outros países”, afirmou.

Foram convidados:

- o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), Kleber Cabral;
- o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) e Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas, Fabrício Marques Santos;
- o presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), Antônio Geraldo de Oliveira Seixas;

- o coordenador da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), Conrado Tristão;
- o presidente da Associação Nacional dos Procuradores Estaduais e do DF (Anape), Vicente Martins Prata Braga;
- o representante do Conselho de Governança do Todos Pela Educação Fernando Luiz Abrucio.

A Comissão da Reforma Administrativa [foi instalada no dia 9 de junho](#). Ela é presidida pelo deputado [Fernando Monteiro \(PP-PE\)](#) e tem como relator o deputado [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#).

O presidente da Câmara dos Deputados, [Arthur Lira \(PP-AL\)](#), já disse que [espera votar a proposta no Plenário da Casa até o final de agosto](#).

- [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

Da Redação – RL

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/794793-comissao-discute-efeitos-da-reforma-administrativa>)

Informação 04 – Bolsonaro corta verba de prefeituras e cria voucher direto para creches privadas

Folha de S.Paulo > - August 12, 2021

A proposta do novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, enviada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), retira recursos destinados às prefeituras para a educação de crianças carentes.

O mesmo projeto estabelece o pagamento de voucher diretamente para creches privadas.

O governo derrubou um dos pilares do Brasil Carinhoso, programa social criado em 2012 para garantir o acesso e a permanência de crianças na educação infantil.

O objetivo era complementar a política de transferência de renda a famílias pobres e extremamente pobres, o Bolsa Família.

O trecho revogado obrigava a União a repassar aos municípios uma ajuda financeira adicional para vagas em creches e desenvolvimento educacional de crianças de zero a dois anos de idade que sejam de famílias beneficiárias de programas sociais.

Por outro lado, na mesma proposta, que cria o Auxílio Brasil, Bolsonaro quer que sejam feitos repasses de dinheiro público diretamente para as creches credenciadas pelo governo, podendo inclusive ser do setor privado.

Bolsonaro criou o Auxílio Brasil de olho na eleição de 2022. Além de aumentar o gasto na área social, o objetivo é substituir o Bolsa Família, programa associado à gestão petista.

Pesquisas eleitorais apontam que o principal adversário do presidente na corrida eleitoral do próximo ano é Luiz Inácio Lula da Silva (PT) —com vantagem para o petista.

O Auxílio Brasil foi criado por MP (medida provisória) apresentada nesta semana ao Congresso. Uma MP entra em vigor imediatamente, mas precisa do aval do Legislativo em 120 dias para não perder a validade.

A proposta não prevê valores para o voucher, chamado de Auxílio Criança Cidadã, e estabelece que o governo fará regulamentação do programa posteriormente.

Caberá ao Ministério da Cidadania definir as regras de implementação de acordo com a disponibilidade orçamentária.

O voucher será pago diretamente às creches habilitadas e poderá ser usado por beneficiários do Auxílio Brasil com filhos de até quatro anos. A medida não afeta o auxílio-creche ao qual trabalhadores do setor privado têm direito.

A concessão do benefício do programa social é condicionada à inexistência de vaga na rede pública ou em creche privada conveniada ao governo. A vaga apenas será disponibilizada se o responsável pela criança comprovar ampliação de renda por atividade remunerada ou vínculo formal de emprego.

A MP afirma que esse auxílio tem caráter suplementar e não afasta a obrigação de o governo oferecer atendimento e expansão de creches na rede pública de ensino.

No Brasil Carinhoso, o governo federal repassa os recursos diretamente aos municípios. As transferências aos entes, que ultrapassaram R\$ 1 bilhão em 2014, em valor corrigido pela inflação, foram diminuindo ano a ano e somaram cerca de R\$ 8 milhões em 2020.

Agora, com a edição da MP, esses repasses serão extintos integralmente.

Procurado, o Ministério da Cidadania, responsável pelos programas sociais, não quis comentar o fim do mecanismo.

A pasta também não respondeu se a medida foi adotada para compensar e viabilizar recursos para o voucher pago direto a creches, que, como reforçou a pasta, ainda será detalhado em regulamentação.

A Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) diz que o corte na verba para as prefeituras é um retrocesso, pois as transferências estimulavam gestores municipais a abrirem creches em áreas mais pobres.

O presidente da Undime, Luiz Miguel Martins Garcia, afirma que a principal fonte de recursos para a educação infantil nos municípios é o Fundeb (fundo para a educação básica), que ganhará mais verba da União para os próximos anos.

No entanto, o dinheiro do Brasil Carinhoso é visto como um complemento importante por ser focado na população mais vulnerável, do Bolsa Família.

"São crianças que precisam de apoio complementar, até mesmo na alimentação. Esses repasses serviam como incentivo para ampliar a oferta de vagas e sobretudo construir novas creches nas áreas mais carentes", diz.

Na avaliação da presidente do conselho do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), Anna Helena Altenfelder, o mecanismo do voucher é

ineficiente e acirra desigualdades. Segundo ela, o sistema é usado no Chile e não gera bons resultados.

"As famílias que conseguem complementar esse voucher colocam o filho nas melhores escolas e quem não consegue acaba ficando com escolas de pior qualidade ou escolas públicas que, por conta dessa política de vouchers, acabam não sendo foco das políticas necessárias e são de menor qualidade", afirma.

Para a professora, é errada a ideia de que o ensino privado sempre será melhor do que o público.

Ainda assim, ela afirma que considerando a criação dos vouchers no Brasil, para evitar conflitos de interesse, esse tipo de vale deveria ser liberado apenas para estabelecimentos comunitários ou filantrópicos, sem fins lucrativos.

Esta não é a primeira vez que o governo Bolsonaro elabora medida que prioriza o sistema privado de ensino, em detrimento da rede pública.

No fim de 2019, a equipe econômica aproveitou o envio de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) com um dispositivo para desobrigar o poder público a construir escolas em regiões com carência de vagas.

Na ocasião, técnicos do Ministério da Economia afirmaram que a ideia era permitir que os alunos acessassem o ensino privado por meio de bolsas de estudo bancadas pelo governo. A medida dependeria de futura regulamentação via projeto de lei.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) argumenta que, em muitos casos, o governo gastaria menos ao pagar bolsas para instituições privadas do que se optasse por construir e manter novas escolas.

Durante a tramitação da PEC no Congresso, porém, o dispositivo acabou excluído do texto pelos congressistas.

Depois, em 2020, a equipe econômica tentou vincular a ampliação de recursos do Fundeb (fundo para a educação) ao pagamento de um voucher-creche a famílias carentes. A medida, no entanto, também acabou descartada.

3 – Situação atual que se encontra (Comissão Especial da PEC 32)

SITUAÇÃO

Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

CAMINHO DA PROPOSTA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Início
- CCJC
- CESP**
→ ESTÁ AQUI
- Plenário Virtual

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 032/20 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Encerrado o prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição (de 10/06/2021 até o encerramento da 75ª Sessão Deliberativa Extraordinária, no dia 07/07/2021). Foram apresentadas 41 emendas. As emendas de nºs 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 35, 37, 38 e 39 não atingiram o quórum mínimo de assinaturas.

Ver menos

Chegou à comissão em: 09/06/2021

SENADO FEDERAL
Não há tramitação no Senado

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 07/07/2021
Talíria Petrone (PSOL-RJ)
- 07/07/2021
Darci De Matos (PSD-SC)
- 07/07/2021
Leo De Brito (PT-AC)
- 07/07/2021
Alessandro Molon (PSB-RJ)
- Mais discursos

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

16/08/2021

Andamento:

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSIÇÕES SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" (PEC03220)

- Apresentação do **Requerimento de Audiência Pública n. 122/2021**, pelo Deputado Fábio Trad (PSD/MS), que "Requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Convidados: Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Mato Grosso do Sul (SINDJUFÉ/MS), representado pela Sra. Márcia Pissurno – Coordenadora-geral – Servidora do TRT da 24ª Região; Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (SINDJOR/MS), representado pelo Sr. Walter Gonçalves – Presidente; Federação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público Municipal de Mato Grosso do Sul (FETAM-MS), representada pela Sra. Dilma Gomes da Silva; Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul – (CUT-MS), representada pelo Sr. Vilson Gimenes Gregorio - Presidente; Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal em Mato Grosso do Sul (SINTSEP-MS), representado pela Sra. Maria Helena Silva de Faria; Federação Sindical dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais do Estado de Mato Grosso do Sul (FESERP-MS), representada pela Sra. Lilian Fernandes".
- Inteiro teor**

5 – Enquete da PEC 32

Página Inicial / Atividade Legislativa / Projetos de Lei e Outras Proposições / PEC 32/2020

Acesse a nova versão da ficha de tramitação
mais fácil de entender

 PROPOSTA APROVADA
 PROPOSTA REJEITADA

[Cadastrar para acompanhamento](#) | [Versão anterior da ficha](#) | [Versões para impressão](#) ▼

PEC 32/2020 | Inteiro teor

Proposta de Emenda à Constituição

Situação: Aguardando Instalação de Comissão Temporária; Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

Acessóri de:

 **PEC**
32/2020

O QUE VOCÊ
ACHA DISSO?

Responda

Sessões e Reuniões

25/05/2021 - 06h00
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual)

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

**Você já votou no site da Câmara contra a
Reforma Administrativa PEC 32?**

 [Veja a tramitação](#)

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?

Concordo
totalmente

Concordo na
maior parte

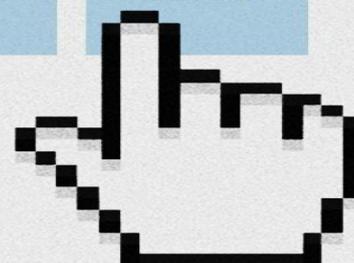
Estou
indeciso

Discordo na
maior parte

Discordo
totalmente

VOTAR

**CANCELA
A REFORMA**
Já!



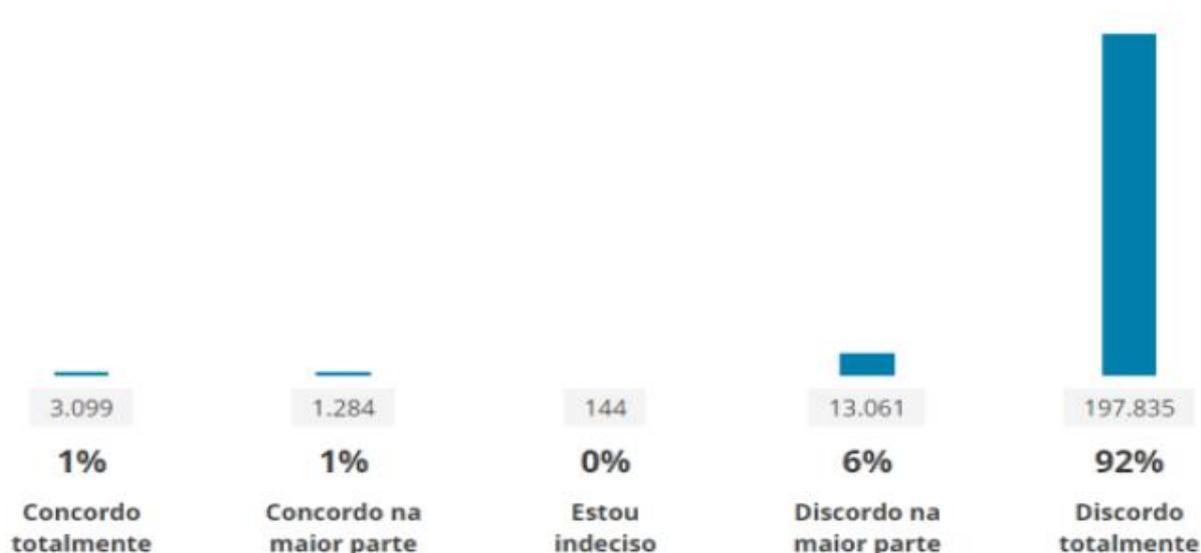
6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado) - 16 de agosto

ENQUETE DA PEC 32/2020

 Veja a tramitação |  Entenda a proposta

RESULTADO

Resultado parcial : desde 03/09/2020



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

ASSISTA



Situação dos Empregados Públicos na Reforma



Regime Próprio de Previdência Social



Avaliação de Desempenho e Qualificação de Servidores Públicos



Contratação temporária, cargos em comissão e funções de confiança

Todas as transmissões --

CONTATO

PEC 032/20 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Secretário-executivo: Lucas Paranhos Quintella

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, Sala 165

Telefones: (61) 3216-6206

TRANSMISSÕES

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/webcamara/arquivos/pesquisa-avancada/resultadoSinais?assunto=&comissao=538928&tipo=&local=&orador=&periodo=1&dataIni=01/01/2021&dataFin=31/12/2021&form.submitted=1&form.button.pesquisar=Pesquisar>

8 – Acesso aos documentos e apresentações ocorridas nas reuniões da Comissão Especial da PEC 32

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Audiência Pública de 11/08/2021: Situação dos empregados públicos na reforma

- **Maria da Penha Barbosa da Cruz**, Diretora de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia
- **Maria Rita Serrano**, Membro do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

Audiência Pública de 10/08/2021: Regime próprio de previdência social

- **Theodoro Vicente Agostinho**, Advogado e Coordenador da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da EBRADI
- **Décio Bruno Lopes**, Presidente da Associação da Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP

Audiência Pública de 05/08/2021: Avaliação de desempenho e qualificação de servidores públicos

- [Ismar Viana](#), Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC

Audiência Pública de 04/08/2021: Contratação temporária, cargos em comissão e funções de confiança

- [Fabio Faiad Bottini](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL;
- [Weber Sutti](#), Diretor da Fundação Lemann;
- [Rodrigo Keidel Spada](#), Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE;
- [Iracema Keila Castelo Branco](#), Subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul.

Audiência Pública de 03/08/2021: Carreiras típicas de Estado e servidores contratados por prazo indeterminado

- [Cibele Franzese](#), Professora da Fundação Getúlio Vargas - FGV;
- [Unadir Gonçalves Junior](#), Presidente da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal – FEBRAFISCO.

Audiência Pública de 14/07/2021: Condições para Aquisição de Estabilidade no Serviço Público

- [Leonardo José Mattos Sultani](#), Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;
- [Leonardo Secchi](#), Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública - SBAP;
- [Alketa Peci](#), Professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE-FGV.

Audiência Pública de 13/07/2021: Concurso público e vínculo de experiência

- [Felipe Drumond](#), Consultor da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa;
- [Lademir Gomes da Rocha](#), Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - ANAFE;
- [José Celso Pereira Cardoso Junior](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea - AFIPEA.
 - [Artigo: PEC 32/2020 e a volta do Estado liberal-patrimonial-oligárquico no Brasil](#)
 - [Artigo: Concursos Públicos, Profissionalização Burocrática e Desempenho](#)

Audiência Pública de 06/07/2021: Regime jurídico da magistratura, dos membros do Ministério Público, dos membros dos Tribunais de Contas, dos advogados públicos, dos defensores públicos e dos titulares de mandatos eletivos

- **Renata Gil de Alcantara Videira**, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
- **Clóvis dos Santos Andrade**, Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União - ANAUNI
- **Daniel Mitidieri Fernandes de Oliveira**, Procurador Municipal e Advogado no Rio de Janeiro

Audiência Pública de 30/06/2021: Intervenção do Estado no domínio econômico, parcerias celebradas pela Administração Pública e celebração de contratos de desempenho (acréscimo do § 6º ao art. 173 da Constituição, acréscimo do art. 37-A à Constituição e redação atribuída pela PEC ao § 8º do art. 37 da Constituição)

- **Bráulio Cerqueira**, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle - UNACON

Audiência Pública de 22/06/2021: Inovação na Administração Pública

- **Caio Mario Paes de Andrade**, Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia
- **Pedro Pontual**, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - ANESP
- **Diogo Costa**, Presidente da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
- **Élida Graziane Pinto**, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo
- **José Henrique Nascimento**, Líder de Causas no Centro de Liderança Pública - CLP

9 – Agenda do dia de hoje da COMISSÃO ESPECIAL

Em relação à agenda das audiências públicas até agora, a previsão é que ocorram as seguintes atividades:

16/8 - Seminários estaduais no Rio de Janeiro e no Acre.

17/8 - Efeitos Sobre os Atuais Servidores Federais, Estaduais e Municipais - Audiência Pública e Deliberação

18/8 - Efeitos da Reforma nas Políticas Públicas de Educação e Saúde - Audiência Pública e Deliberação Não há eventos programados para esta data (06/08/2021)